



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PALLOMA DA SILVA QUEIROGA

**UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROVISÕES E
DESPESAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: O CASO DO BNB**

**SOUSA - PB
2008**

PALLOMA DA SILVA QUEIROGA

**UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROVISÕES E
DESPESAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: O CASO DO BNB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Professora Ma. Karla Katiúscia Nóbrega de Almeida.

**SOUSA - PB
2008**

PALLOMA DA SILVA QUEIROGA

**UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROVISÕES E DESPESAS COM
CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: O CASO
DO BNB.**

Monografia apresentada em: ____ de _____ de 2008, ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Karla Kátiuscia Nóbrega de Almeida
Professora Orientadora

Marizelma Patriota Limeira
Professora Examinadora

Descartes Almeida Fontes
Professor Examinador

Sousa - PB
2008

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: "Um Estudo Sobre o Comportamento das Provisões e Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Instituição Financeira: O Caso do BNB", estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 08 de Julho de 2008.



Palloma da Silva Queiroga

Dedico este trabalho a Deus, ao pai (em memória) ao meu esposo Mayrlo, e em especial a minha mãe que sempre me ensinou a perseverar ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a vida e a persistência em não desistir diante das dificuldades.

Ao meu pai Gariba (em memória) e minha mãe Carmen, que estiveram presentes nos momentos difíceis da minha vida, me apoiando sempre nos momentos de fraqueza e assim me fortalecendo para que eu não desistisse.

A minha irmã Pollyanna que sempre me apoiou nesta caminhada.

A minha orientadora, Prof. Ms. Karla Katiucia que me ensinou e orientou a refletir sobre o assunto, e também pela paciência e compromisso neste trabalho.

A todos os professores que contribuíram com seus conhecimentos e experiências.

Aos colegas de classe pela convivência e a troca de conhecimentos, que juntos conseguimos superar certas dificuldades e adquirir incentivo para alcançar nossos objetivos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste sonho.

A idéia revolucionária que define a
fronteira entre os tempos modernos e o
passado é o domínio do risco."

(Bernstein, Peter L.)

RESUMO

Esta pesquisa teve seu cerne na importância da análise do gerenciamento dos riscos de crédito para os resultados de uma Instituição Financeira, focando-se ainda na possibilidade de se identificar as principais informações contábeis usadas no processo de mensuração do risco de crédito de uma instituição financeira brasileira. Analisou-se, também, o comportamento das Provisões e Despesas com Devedores duvidosos do BNB, nos últimos dez anos, verificando que impacto essa provisão gera na margem de lucro líquido disponível, e o comportamento das variáveis contábeis nessa relação de impacto. Adicionalmente, discutiu-se alguns aspectos positivos e negativos da utilização das mesmas informações contábeis nas avaliações de risco adotadas hoje pelas instituições financeiras, de modo geral. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados encontrados, dentre outros, revelaram que as informações contábeis extraídas dos clientes de agências bancárias viabilizam a análise da estrutura de seus recursos, de sua base financeira e de seus resultados, através do uso de indicadores tradicionais de análise das demonstrações contábeis, em que variáveis contábeis como Passivo Circulante, Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido, compõem os elementos essenciais para a mensuração do risco. Do exposto, concluiu-se que, não obstante ainda seja uma ferramenta interessante para a avaliação do risco-cliente, o peso das informações contábeis/análise de balanços nessa mensuração foi modernamente repensado. No passado, essas informações eram praticamente as únicas relevantes no processo, e, hoje, funciona como co-autora, tendo um papel ainda importante, mas à medida que considerada conjuntamente com outras, visto que o universo de informações, contábeis e não-contábeis aproveitadas enriqueceu-se bastante. Concluiu-se, ainda, que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa afetou fortemente a Margem Líquida das Operações de Crédito do BNB, nos dez anos analisados, sendo responsável pela explicação de 79% das variações ocorridas na Margem Líquida das Operações de Crédito do BNB.

Palavras-chaves: Risco de Crédito. Informações Contábeis. Provisão

ABSTRACT

This research has kernel in the analysis of the management importance of risks of the credit to the results of a financial institution. Analyzed too the behavior of the provisions and expenses too with doubtful debtors of BNB in the last ten years verifying what impact breed in the margin of liquid lucre available and the behavior of the countable variables in this relationship of impact. In addition, discussed some negative and positive aspects of the utilization of the same countable informations in the evaluations of risk of the general manner. Therefore adopted a documental and bibliography research. The results met, among others, showing what the informations countable extracted by client's bank , through of use traditional of indicators of analize of the countable demonstrations in that countable variables as Circulate Passive, Circulate Active, Liquid Patrimony and Liquid Profit, have the essential elements to the measure risk. According to on show, conclude that in spite of still is considered a tool extremely important to the evaluation of client's risk revise update. In the past, these informations were practically the unique relevance in the process, and today function as co-author having still an important sheet, but so that considered jointly with other, in the midst of universe the informations, countable and non-countable make use of enriched quite. In conclusion the Provision to Doubtful Liquidation Credits affected strongly the Liquid Margin of the Operations BNB Credits, in the ten years analyzed, being responsible by explication of 79% of the variations occurred in the Liquid Margin of the Operations BNB Credit.

Key-words: Risks, Credit, Countable Informations, Provision

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Principais Projetos desenvolvidos pelo BNB.....	34
Quadro 2. Produtos e serviços destinados pelo BNB ao público empresarial	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução das Operações de Crédito a Receber e da PCLD de curto prazo, entre 1998 a 2007.....	38
Gráfico 2. Evolução das Operações de Crédito a Receber e da PCLD no longo prazo, entre 1998 a 2007	39
Gráfico 3. Evolução da Receita de Operações de Crédito do BNB, entre 1998 e 2007.....	40
Gráfico 4. Evolução da Despesa com Provisão para Liquidação Duvidosa do BNB, entre 1998 a 2007.....	40
Gráfico 5. Composição percentual da DPCLD e Lucro Líquido sobre Receita de Operação de Crédito do BNB, entre 1998 a 2007.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos Resultados da Análise de Regressão Múltipla	43
Tabela 2. Resumo dos Resultados da Análise de Regressão Simples	44
Tabela 3. Resumo dos Resultados da Análise Regressão Simples	46
da PCLD e ML.	

LISTA DE SIGLAS

- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
- FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RSE – Responsabilidade Social Empresarial do Banco do Nordeste
- PPN – Política Produtiva para o Nordeste
- FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
- FMM – Fundo da Marinha Mercante
- FATE – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
- FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FASE – Fundo de Apoio as Atividades socioeconômicas do Nordeste
- PCLD – Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa
- DCLD – Despesa para Crédito de Liquidação Duvidosa
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema e Problema	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral.....	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 Justificativa	16
1.4 Procedimentos metodológicos	16
1.4.1 Tipologia da Pesquisa quanto aos objetivos	17
1.4.2 Tipologia da Pesquisa quanto aos procedimentos	17
1.4.3 Tipologia da Pesquisa quanto à abordagem do problema	18

CAPITULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Conceitos de risco e a importância do seu gerenciamento	19
2.2 Análise das demonstrações contábeis e sua contribuição na análise de risco do crédito bancário	22
2.3 Métodos quantitativos e sua contribuição ao processo de análise das demonstrações contábeis e da análise de risco.....	27
2.4 Banco do nordeste: um breve histórico da sua criação e atuação	29
2.4.1 Surgimento e Atuação do Banco do Nordeste do Brasil	29
2.4.2 Produtos e Serviços Destinados ao Público Empresarial	35
2.5 Aspectos Positivos e Negativos da Utilização de Informações Contábeis na Mensuração do Risco de Crédito em Instituições Financeiras	36

CAPITULO III

ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
3.1 Comportamento das Provisões e Despesas Com Devedores Duvidosos do BNB	37

3.2 Relacionamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa com margem líquida do BNB, nos últimos dez anos.....	45
--	----

CAPITULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	50
-------------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

Na conjuntura em que trabalham as instituições financeiras, pressionadas por metas e resultados, e, ao mesmo tempo, devendo lidar com a segurança nas suas operações financeiras, é perceptível, na esfera global, que mecanismos de controle e supervisão vêm sendo criados em todos os níveis operacionais, interna e externamente, para prever o risco de cada operação e fornecer aos gestores responsáveis nas tomadas de decisões a mensuração do risco da operação, através da utilização de ferramentas que viabilizem uma análise fidedigna de cada pleito, de modo a assegurar que os valores desembolsados retornem à Instituição com a maior segurança possível.

Nesse universo, o uso de ferramentas contábeis assume papel fundamental, pois os dados contábeis fornecidos permitem um diagnóstico preciso da situação financeira real do cliente, o que será refletido diretamente no ativo da Unidade Operadora do crédito. Assim, o presente trabalho aborda assunto de relevância crescente no mercado financeiro nacional e internacional, ao tratar da análise de risco na concessão de crédito.

Neste contexto, esta pesquisa pretende chamar a atenção da contribuição que as informações contábeis podem oferecer para auxiliar o processo de mensuração do risco de crédito de instituições financeiras. Neste sentido, a fim de discutir algumas implicações financeira-econômicas da análise de risco das operações de créditos realizadas pelas instituições financeiras brasileiras, este trabalho se propõe a observar o efeito da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Margem Líquida de uma instituição financeira em particular, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição com características híbridas, pois possui como missão estratégica primordial o desenvolvimento da Região Nordeste, embora sendo sua atividade preponderante o financiamento de capitais. Deste modo, as nuances do mercado também o atingem, exigindo-se que a elas se adapte.

Como exemplo dessa adaptação, o BNB desenvolveu metodologia própria de análise de risco, cuja utilização de ferramentas contábeis auxilia na mensuração de risco de suas operações de

crédito. Assim, os resultados da aplicação dessa metodologia nas operações de crédito repercutem na situação financeira de curto e longo prazo do banco, bem como na sua rentabilidade, uma vez que a eficácia dessa metodologia pretende ser proporcional à diminuição de perdas por inadimplência nestas transações. Assim, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, conta que representa a possibilidade de perda nas operações de crédito, está inserida no Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo e sua contrapartida consta na Demonstração do Resultado do Exercício do banco, afetando, portanto a situação financeira-econômica da instituição. Do exposto, esta pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: *A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa afeta a Margem Líquida no BNB?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Para responder ao questionamento feito no presente trabalho, tem-se como objetivo geral:

Demonstrar o relacionamento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com a Margem Líquida do BNB.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

a) Discorrer sobre a utilização da Análise das Demonstrações Contábeis no processo de Análise de risco na concessão de crédito bancário.

b) Discutir os aspectos positivos e negativos da utilização de informações contábeis na mensuração do risco do crédito em instituições financeiras.

c) Analisar o comportamento das Provisões e Despesas com Devedores duvidosos do BNB, nos últimos dez anos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A formalização dos Acordos de Basileia I e II trouxe uma série de parâmetros a serem seguidos universalmente, de modo a nivelar as instituições financeiras em termos de qualidade dos serviços prestados e, para tanto, os mecanismos de controle interno tornam-se fundamentais na ponderação de todos os fatores envolvidos na contratação das operações de crédito, de modo a fornecer subsídio teórico às decisões tomadas em nível gerencial.

Dentre os ditos mecanismos de controle, as ferramentas fornecidas pela contabilidade são essenciais, já que é através dos números que se mensuram os resultados. Daí extrai-se a importância de que reflitam a verdade, de modo a não fragilizar as operações de crédito. Há, nos dados contábeis, uma série de informações a serem consideradas no tocante à medição dos riscos de crédito, os quais são sistematizados através de um modelo de avaliação de risco, e aos quais é atribuída uma nota, sobre a qual se deverá refletir para fins de desembolso do crédito pleiteado. Este modelo de cálculo de risco é uma tendência recente de mercado em nível mundial, e vem sendo adotado pelo BNB com êxito. Assim, através da aplicação de dados concretos da empresa - especialmente, para fins deste trabalho, de dados contábeis - ao formulário de avaliação de risco adotado e aprovado pelo Banco Central do Brasil, o Banco vem administrando seus riscos e oportunidades de modo a otimizar seus lucros e resultados, o que de fato vem acontecendo nos últimos anos.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir aos objetivos propostos, optou-se por realizar um estudo de caso, utilizando as informações contábeis anuais disponibilizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil, no site oficial da Comissão de Valores Mobiliários, referentes ao período de 1998 à 2007.

1.4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Esta pesquisa é do tipo descritiva, tendo em vista que, por definição, “trata da descrição do fato ou fenômeno por meio de levantamentos ou observações”. (SOUZA 2007, P. 38). Conforme Gil (2002, p.38), a pesquisa descritiva “descreve as características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados; questionário e observação sistemática”. Em geral, esta pesquisa torna-se descritiva por assumir a forma de levantamento, posto que procura conhecer e descrever o relacionamento de algumas variáveis contábeis, variação esta resultante da aplicação de metodologia própria de avaliação de risco de crédito adotado pelo BNB.

1.4.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, mediante a utilização de construções de diversos autores sobre a essência do assunto em foco, principalmente aqueles referentes à análise de risco de crédito bancário e análise das demonstrações contábeis. Não obstante, a análise de conteúdo englobará outros aspectos considerados significativos para este estudo, obtidos diretamente na instituição pesquisada, como análise de informações divulgadas na home page institucional, bem como demonstrações contábeis oficiais, portanto, utilizando-se também de pesquisa documental.

Baseada principalmente no estudo concentrado de um único caso, referente ao modelo de avaliação de risco de crédito adotado pelo BNB e sua consequência no comportamento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Margem Líquida das Operações de Crédito, esta pesquisa se utiliza do método do estudo de caso para obtenção dos dados necessários ao cumprimento dos objetivos gerais e específicos descritos neste trabalho.

1.4.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo quantitativo, embora o aspecto qualitativo esteja também presente.

Segundo Souza (2007, p. 39) “um estudo caracteriza-se como quantitativo, pelo emprego da quantificação tanto no processo de coleta de dados quanto na utilização de técnicas estatísticas para o tratamento dos mesmos”.

Pode-se assim definir um trabalho qualitativo quando este considera que há “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números” Souza (2007, p. 40).

A abordagem qualitativa difere-se da quantitativa por não empregar o instrumental estatístico no processo de análise dos dados coletados na investigação da pesquisa. Contudo, para o alcance dos objetivos estabelecidos neste trabalho, utilizou-se, também, da pesquisa quantitativa, conferindo aos métodos quantitativos o status do enfoque principal desta pesquisa, por utilizar duas técnicas estatísticas para tratamento dos dados coletados, que foram: análise de séries temporais e análise de regressão simples e múltipla. Todavia, as mudanças quantitativas e qualitativas são interdependentes.

No trato estatístico adotado pela presente pesquisa foram consideradas 8 (oito) variáveis no total, que são: Operações de Crédito a Receber (Ativo Circulante), Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD (Ativo Circulante), Operações de Crédito a Receber (Ativo Realizável a Longo Prazo), Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD (Ativo Realizável a Longo Prazo), Receita de Operações de Crédito, Despesa com Provisão para Liquidação Duvidosa, Lucro Líquido do Exercício e Margem Líquida das Receitas de Operações de Crédito.

Todas elas de periodicidade anual e compreendidas entre os anos de 1.998 a 2.007, o que totaliza 80 observações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DE RISCO E A IMPORTÂNCIA DO SEU GERENCIAMENTO

Risco pode ser definido como “uma expectativa de perda expressa pela probabilidade de que uma ameaça em particular poderá comprometer o alcance desse objetivo”. Santos (2006, p.). Pode, ainda, ser definido como “uma medida da incerteza associada aos retornos esperados de investimentos” Marshall apud Pinto (2002). A idéia de risco, atualmente, associa-se à previsibilidade de que algo indesejado ocorra.

O dicionário Aurélio (2006, p. 1214) assim se expressa quanto ao tema: “risco: perigo ou possibilidade de perigo”. Segundo Bernstein, 1997 *apud* Santos (2006), a expressão origina-se no italiano antigo, *risicare*, que significa ousar, ou seja, seria uma opção e não um destino. O autor afirma que “a capacidade de administrar riscos, e, com ela, a vontade de correr riscos e fazer opções ousadas, são elementos essenciais da energia que impulsiona o sistema econômico.” Sendo o risco uma opção, existe possibilidade de sua mensuração, a avaliação de suas conseqüências e o seu gerenciamento.

Aplicando-se os conceitos mencionados acima à conjuntura econômica atual, torna-se claro que a maioria das decisões das pessoas envolve uma escolha, especialmente as decisões financeiras, ou seja, uma opção entre um tipo de risco e a recompensa a ele associada. Na contabilidade e na gestão econômica não é diferente, e o assunto vem assumindo dimensões de grande relevância, já que implica na determinação do custo de capital utilizado e do retorno esperado. O conceito de risco não é novo e já foi amplamente estudado na área de finanças como variável nos modelos matemáticos que abordam a relação risco e retorno. Os diversos conceitos seguem um núcleo comum. Gitman, *apud* Santos (2006) conceitua o risco como “a possibilidade de prejuízo financeiro, ou, mais formalmente, a variabilidade de retornos associada a um determinado ativo.”

Risco é entendido como uma condição onde existe uma possibilidade de que ocorra um evento adverso ao esperado. Segundo Marshall *apud* Pinto (2002), os riscos enfrentados pela maioria das instituições financeiras podem ser decompostos em riscos de mercado, de crédito,

operacionais e estratégicos. Este trabalho, porém, se ocupará do risco de crédito, e das variáveis contábeis envolvidas na sua mensuração.

Segundo Groppe *apud* Santos (2006), “os riscos de mercado são as flutuações no valor da carteira ou em seu lucro líquido devido a mudanças em fatores específicos do mercado”. Os riscos de crédito são flutuações do valor do lucro líquido determinadas por um evento externo, como a inadimplência de uma contraparte, de um fornecedor ou de um tomador. Os riscos estratégicos são aquelas mudanças ambientais de longo prazo que podem afetar como uma empresa agrega valor aos seus interessados. Os bancos, por sua vez, estão estimando seus riscos em três categorias: crédito, mercado e liquidez, e operacional.

Segundo Nelson Cruz, em palestra no Banco do Nordeste do Brasil em 2003, no âmbito das instituições financeiras, a teoria adotada para classificação é aquela em que o risco pode ser dividido em sistêmico e não-sistêmico. Riscos sistemáticos, ensina o autor, são eventos inesperados que afetam quase todos os ativos em certa medida, posto que se difundem por toda a economia. Riscos não-sistêmicos são eventos inesperados que afetam ativos isolados ou um pequeno grupo de ativos.

Na capacidade em se medir risco e retorno pode estar o diferencial dos negócios de uma organização. Daí depreende-se o ponto de destaque entre a empresa capaz de realizar a mensuração e o gerenciamento do risco, e aquela que assim não procede, visto que o mesmo, enquanto variável de retorno, está ligado vitalmente ao resultado da empresa, e, por isso, sempre será objeto de análise. A empresa que identifica e dimensiona os riscos a que está sujeita caminha dentro de um posicionamento estratégico, de modo a se manter no mercado de forma lucrativa e competitiva, não obstante os fatores adversos que a ela se sobreponham. A entidade que não realiza essa análise, por outro lado, não dispõe de dados estatísticos suficientes e relevantes para analisar sua posição no mercado, ficando, assim, exposta às diversas intempéries que possam comprometer sua lucratividade ou até mesmo seu funcionamento.

As idéias do autor Marshall *apud* (2002) elucidam que, por não ser passível de exclusão a variável risco, e por não ser possível estabelecer-se um valor ideal para as perdas, determinar um intervalo no qual elas possam ser aceitas ou o nível de risco ao qual a instituição poderia se

expor de forma segura, torna-se em um passo importante para a tomada de decisões e um meio para a maximização dos resultados.

Nesse contexto, percebe-se que administrar riscos é necessidade de qualquer empresa. Para as instituições financeiras, porém, é vital. As operações de crédito são, hoje, o cerne do funcionamento e lucro dos bancos brasileiros, e não apenas dos bancos comerciais, segundo Sinfrônio *apud* Carvalho (2006). A atividade de intermediação financeira utilizando fiduciariamente recursos de terceiros evidencia isso. Tal afirmação remete ao contexto de que nenhuma instituição de intermediação financeira estará segura para o salutar desempenho de sua atividade se não for capaz de realizar a análise do risco de crédito, já que, dentre os diversos tipos de riscos financeiros apresentados, este seria o que mais diretamente as atinge.

Há, pois, uma grande necessidade de que, para a segurança do investidor e do próprio banco, as carteiras de crédito dessas instituições passem por uma análise rigorosa, considerando-se os diversos fatores envolvidos nas tais operações: risco de crédito, volume das operações, taxas de juros e outras variáveis. A análise do risco de crédito da carteira de uma instituição envolve em especial a apreciação das despesas de provisionamento para liquidação de créditos considerados de retorno duvidoso. À mencionada análise aplica-se o conceito de gerenciamento de risco. O gerenciamento ineficiente que conduza uma instituição financeira ao colapso operacional pode causar prejuízos em cadeia e afetar boa parte da sociedade como um todo.

Santos (2006, p.6) conceitua gerenciamento de riscos como o processo que identifica sistematicamente recursos valiosos de um sistema e ameaças relacionadas, quantificando as exposições de perda baseadas em frequências estimadas e custos de ocorrências, e recomenda como alocar recursos em contramedidas para minimizar a exposição total.

O gerenciamento de riscos identifica, mensura, tenta controlar os eventos incertos e indesejados, eliminando ou minimizando os que podem afetar os recursos do sistema. Para a realização de tal gerenciamento, técnicas como a gerência de ativo/passivo para as carteiras de longo prazo, sensíveis a taxas de juros, e a gerência de riscos financeiros para as carteiras de curto prazo, podem ser estratégias utilizáveis para medir e projetar hedging dos riscos de mercado. A gerência dos riscos de crédito, por sua vez, evoluiu de uma simples classificação de

risco de crédito de tomadores individuais para modelos agregados sofisticados das probabilidades de inadimplência.

Dos quatro tipos de riscos identificados, na literatura pertinente ao assunto, a saber, risco operacional, risco de crédito, de mercado, e estratégico, a gestão do risco operacional é a que menos avançou devido, em especial, à diversidade de eventos envolvidos, tornando sua gestão menos precisa. Sendo que atualmente, vem ganhando muita relevância tal questão. O risco operacional, dentre os que atingem as instituições de crédito, é considerado pelos economistas como aquele cujos efeitos são os mais devastadores e o mais difícil de ser antecipado. Os estudos nesse sentido vêm crescendo bastante, todavia, os desafios na área são tão grandes quanto. Conforme mencionado anteriormente, os bancos comerciais, porém, têm encontrado no fortalecimento dos seus mecanismos de controles internos a melhor maneira de prevenir os riscos de crédito.

Conforme descreve Santos (2006, p.22) para a Bovespa, até 1988, o mercado financeiro vinha adotando como parâmetro principal, na avaliação de risco, a solidez patrimonial da instituição financeira. A análise, então, estava muito mais focada no controle do passivo. Essa regra ficou conhecida como regulação prudencial no mercado financeiro, todavia, essa metodologia de mensuração do risco mostrou-se inapropriada, e, com base em estudos e outras análises sobre o assunto, estabeleceu-se um novo critério, segundo o qual o banco deveria gerenciar, primariamente, três riscos: o risco do descasamento do prazo, o risco do descasamento da taxa e o risco do descasamento de moeda.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ANÁLISE DE RISCO DO CRÉDITO BANCÁRIO

Quando mencionamos a análise das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras, logo se visualiza um fenômeno recente, mecanismos do qual constantemente os gestores de finanças fazem uso nas suas tomadas de decisões. Todavia, a história revela que não é nova a utilização das demonstrações contábeis pelo homem civilizado.

Segundo Marion (2008, p.20) aproximadamente quatro mil anos antes de Cristo, vestígios arqueológicos identificam que eram feitos pelos agropecuaristas inventários de seus rebanhos. Relata ainda o estudioso que os casos de utilização desta ferramenta de forma mais concreta só são identificados em meados do século XIX, quando banqueiros americanos passaram a solicitar de seus clientes que pleiteavam financiamentos os tais demonstrativos, que eram apresentados praticamente na forma de balanço rudimentar.

Conforme a explicação de Marion, nos primórdios da atividade bancária, apenas o balanço era exigido para a análise da situação contábil da empresa. Daí se introduziu o uso popular da expressão análise de balanço, que permanece até hoje. Posteriormente, porém, juntamente com os mecanismos de controle, as exigências também aumentaram, de modo que passaram a ser solicitadas outras demonstrações, como, por exemplo, a demonstração do resultado de exercício, para análise e concessão de crédito. A expressão análise de balanço, porém, jamais seria substituída.

A demonstração do resultado do exercício tornou-se popular, em certo período, através da denominação de balanço econômico ou balanço de resultado. Por outro lado, a expressão fluxo de caixa já foi nomeada de balanço financeiro, o que reflete a realidade da época de que era muito forte a idéia de que todas essas ferramentas contábeis eram apenas subdivisões do tão celebrado balanço.

A análise das demonstrações contábeis, também conhecida como análise das demonstrações financeiras, desenvolve-se ainda mais com o surgimento dos bancos públicos, que nutriam especial interesse na situação econômico-financeira das empresas tomadoras de financiamentos. Há de se considerar, ainda, que a abertura do capital por parte das empresas tipo corporações, possibilitando a participação de pequenos ou grandes investidores como acionistas, valorizaram ainda mais a questão da análise de balanço, já que tinham necessidade de optar pelas empresas mais bem sucedidas. Desse modo, a análise das demonstrações contábeis tornou-se instrumento extremamente valorizado.

Sob outro prisma, nas operações a prazo, de compra e venda de mercadorias entre empresas, os próprios gerentes, embora com enfoque diferente em relação a outros interessados, fazem uso das referidas demonstrações, para avaliação da eficiência administrativa e do desempenho de seus concorrentes. Assim, a expectativa de identificação da situação econômico-financeira

mais proveitosa em determinada conjuntura, consolida a necessidade imperiosa da análise das demonstrações contábeis.

Diante do exposto, constata-se que as demonstrações contábeis viabilizam a realização de uma análise financeira apurada, donde se extraia a real situação patrimonial da empresa, donde se mensure a eficiência de sua gestão econômica, através de um comparativo entre o passado e a sua situação presente, e averiguando a possibilidade do atingimento das metas traçadas.

De modo geral, as demonstrações contábeis são capazes de revelar, nas entrelinhas de sua análise, as nuances das tendências de mercado, regionalizada ou não, possibilitando a mensuração de rentabilidade do ramo de atividade em que se está inserida. Tal análise conjuntural é de extrema relevância para as decisões gerenciais, quanto à possibilidade de se lançar mão de capital financiado de terceiros, de investir seu capital ou mesmo de avaliação da necessidade de implementação de medidas corretivas na estrutura dos negócios, com fins de corrigir eventuais intempéries do mercado e assegurar sua sobrevivência.

Assaf Neto (2006, p.19), ressalta a importância da análise dos demonstrativos contábeis quando reflete:

Campo contábil financeiro como uma de suas mais importantes especializações. O conhecimento da matéria gera atuação profissional num segmento definido de mercado. Hoje, mais do que nunca, notamos crescente demanda por parte das empresas em geral, para profissionais que reúnam condições de interpretar e mensurar seus demonstrativos contábeis e que possam, da mesma maneira, efetuar uma análise voltada para seus aspectos econômicos e financeiros.

Conforme se pode observar, o ponto de vista do autor é um reflexo da realidade da valorização da atuação do profissional enquanto intérprete dos demonstrativos contábeis, já que os mesmos devem apresentar, dentre seus números, a verdade acerca da situação econômico-financeira de uma empresa, posto que, nos dias atuais, a palavra de ordem para o investidor parece ser segurança.

No que tange à utilização de demonstrações financeiras na análise de risco, pode-se ter em mente o pensamento de Pinto (2002), segundo o qual a modelagem clássica revela que são considerados, para esse fim, cinco fatores definidos em sua proposição original como os cinco

Cs do crédito, ou seja: caráter, capacidade, capital, garantias (colateral) e condições. Nesse ponto, observa-se que a análise dos demonstrativos financeiros entram no C do capital, já que auxiliam na mensuração da real situação econômica do cliente.

Relacionando algumas das técnicas de análise mais recentes, destacam-se a análise dos indicadores financeiros e econômicos e a análise vertical e horizontal. A análise dos indicadores, também chamados de índices ou coeficientes, abrange três etapas: a primeira, que consiste basicamente no cálculo do índice com base em uma fórmula; a segunda, que se ocupa da interpretação desse índice, e a terceira etapa, que é a conceituação do índice, quando lhe é atribuída uma valoração, como bom, ruim, ótimo, etc.

Ludícibus (2007, p.83), destaca, acerca da análise horizontal que esta se ocupa basicamente da verificação do crescimento dos itens do balanço e das demonstrações de resultado, bem como de outros demonstrativos, através dos períodos, a fim de caracterizar tendências. Segundo o autor acima citado, essa análise assegura que se avalie a evolução dos vários itens de cada demonstração financeira em intervalos seqüenciais de tempo.

A análise vertical, por sua vez, avalia a estrutura de composição de itens. Constitui-se, do mesmo modo que a anterior, em um processo comparativo, desenvolvendo-se através de comparações relativas entre valores afins ou relacionáveis identificados em uma mesma demonstração contábil. A análise vertical e a horizontal complementam-se mutuamente, posto que, enquanto a análise vertical permite que sejam conhecidas todas as alterações ocorridas na estrutura dos relatórios analisados, completando as conclusões obtidas por meio da análise horizontal.

Assim, com base no apresentado, percebe-se que as técnicas para a análise dos demonstrativos são diversas, distintas, porém complementares, moldando-se à estrutura analítica pretendida, já que, conforme o procedimento adotado, grandezas diferentes serão medidas. Não obstante, uma não suplanta a outra em termos de importância, já que o olhar do investidor, credor e demais usuários sobre a situação financeira da empresa deve seguir um prisma crítico em todos os sentidos, avaliando a situação da forma mais panorâmica possível.

Segundo Assaf Neto (2002, p.49), as análises de demonstrações contábeis, comumente chamadas de análises de balanços, visam relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a

evolução apresentada e as nuances para o futuro. Tal assertiva remonta ao raciocínio de que toda a vida econômica do empreendimento pode ser lida através dos olhos do analista, nas entrelinhas das demonstrações contábeis, desde que as informações nele contidas sejam fidedignas à conjuntura real da empresa.

Iudícibus (2007, p.34), considera “tal ferramenta contábil como um tipo de arte, tendo em vista que envolve muito do elemento subjetivo do analista e a maneira como os indicadores de análise são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista”.

Do raciocínio acima, evidencia-se que a subjetividade predomina em detrimento à técnica, em virtude da ausência de uma unanimidade entre os analistas acerca dos critérios utilizados nas análises, não obstante a existência de uma metodologia para tal análise. Ante o exposto, fica claro que o objetivo geral da análise de balanço é o de formar uma idéia sobre o desempenho geral de uma empresa, durante certo período, e o de extrair informações que ajudem, complementando outras, a efetuar projeções acerca do futuro da mesma.

Conforme Assaf Neto (2002, p. 49), a análise de balanço pode, ainda, possuir vários ou um só objetivo específico, que pode ser, por exemplo, o de um credor de curto prazo, investidor minoritário especulador de ações ou mesmo de um financiador de longo prazo.

Conforme o autor supracitado, ainda, a preocupação do analista, então, está concentrado nas demonstrações contábeis da sociedade, donde extrai suas conclusões a respeito de sua situação econômico- financeira, e toma ou influencia decisões com relação a conceder ou não o crédito ao cliente, investir em seu capital acionário, alterar determinada política financeira, avaliar se a empresa está sendo bem administrada, identificar sua capacidade de pagamento, ou avaliar se a empresa é lucrativa.

Para essas conclusões e decisões, a análise de balanço é fundamental, e depende da qualidade das informações e do volume das informações disponíveis ao analista.

2.3 MÉTODOS QUANTITATIVOS E SUA CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA ANÁLISE DE RISCO.

Em se tratando de análise de risco de crédito, e da importância da utilização das demonstrações contábeis no seu processo de medição, a antecipação de cenários futuros é, sem dúvida, o objeto maior. É a razão de existir de tal procedimento contábil. Assim, ganham, também, relevância, os modelos quantitativos, já que essa é, basicamente, a proposta desses modelos.

Segundo afirma Libonati (2004, p.193), os cenários associados aos modelos qualitativos contam, em essência, com o elemento experimental dos profissionais especializados na área. Eles podem ser indispensáveis, quando não houver dados quantitativos adequados para a produção de estimativas sobre o comportamento das variáveis desejadas. Já o método quantitativo, por sua vez, trabalha com dados históricos. Conforme o mesmo autor, esses dados podem ser de dois tipos, a saber: englobando séries causais ou temporais.

Libonati ensina, ainda, que os modelos baseados nas séries causais se ocupam dos fatores que influenciam de algum modo a variável a ser estimada. Já os modelos das séries temporais se utilizam de projeções formuladas exclusivamente tendo por base as observações do passado da variável a cujo estudo pretende se dedicar.

Diante do exposto, pode-se dizer que a análise é, sem dúvida, uma ferramenta útil no universo contábil, em virtude da credibilidade que seus resultados vêm apresentando. Além disso, a projeção de tais informações nas planilhas do Microsoft Excel permite uma visualização bastante clara da conjuntura econômico financeira com a qual se irá trabalhar, o que torna muito mais prática a mensuração dos riscos. Libonati define as séries temporais como "um conjunto de observações seqüenciais de determinada variável, expressas numericamente, obtidas em períodos regulares de tempo".

Nota-se que, nesse estudo, o elemento diferenciador é, exatamente, o tempo, já que a postura analítica pousará sobre as variações ao longo de espaçamentos de tempo repetidos e equivalentes. Os fatores que influenciaram o comportamento de dados no passado continuam influenciando seus movimentos futuros, não importando se resultarão em mudança ou não no cenário econômico. O objetivo da análise através das séries temporais, assim, é a vinculação

das observações com o fator tempo, tornando-se, por isso, distinta de uma amostra aleatória. Por isso, torna-se uma ferramenta contábil útil na previsão de incertezas futuras e na redução de riscos.

Segundo Milone (2004, p.25) uma série temporal é composta por elementos fundamentais como: título, cabeçalho, coluna indicadora e corpo. Onde o título representa o fenômeno, época e local de ocorrência; o cabeçalho explica o conteúdo das colunas; a coluna indicadora detalha as linhas; e o corpo mostra os dados e para complementar os dados apresentados têm-se ainda a fonte, as notas e as chamadas.

Ainda segundo o autor uma série temporal tem seus valores desmembráveis em componentes sistemáticos onde apontam movimentos regulares, como por exemplo a tendência, a sazão e o ciclo e não sistemáticos movimentos irregulares, distintos como o período de avaliação curto ou longo; a semelhança existente entre elas é que ambas definem oscilações relativamente regulares em torno da tendência.

Outro mecanismo estatístico muito usado na Contabilidade hoje, ainda com o propósito de previsão de cenários futuros, é a análise de regressão. É especialmente útil nas áreas comercial e acadêmica, posto que trabalha através da formulação de uma função matemática apta a realizar o acompanhamento de uma determinada variável (dependente), baseando-se em valores trazidos para o estudo por outras variáveis (independentes). Segundo Dias Filho (2007, 132), o cerne, aqui estaria na influência que as variáveis independentes exerceriam sobre a outra variável, foco da análise. Usualmente, a variável dependente não pode ser controlada pelo estudioso, já as outras serão passíveis de controle.

A regressão múltipla, assim, conforme o mesmo autor (2007, p. 133) "pode ser entendida como sendo o estabelecimento de uma relação funcional entre duas ou mais variáveis envolvidas para a descrição de um fenômeno".

Entende-se por regressão simples a extensão do conceito de correlação, onde tenta explicar uma variável, a qual é chamada de variável dependente, usando a outra variável, chamada de independente, em que descrevem fenômenos tipificados. (MILONE, 2006)

Seu objetivo, portanto, seria o de estimar valores da variável dependente escolhida como foco da pesquisa, com base nos valores conhecidos ou fixados das variáveis independentes.

Dentre os conceitos de regressões surgem os coeficientes: R- quadrado (coeficiente de determinação), “ considerada uma das mais importantes medidas de precisão do ajuste, visto que o coeficiente de determinação consiste na razão entre os desvios explicáveis e o desvio total”, conforme Webster *apud* Carvalho (2008, p.8) e R- múltiplo (coeficiente de correlação), é a base para estimar todas as regressões, em que mede o relacionamento ou grau de associação de duas variáveis, de acordo com o pensamento do autor Dias Filho et al (2007).

2.4 BANCO DO NORDESTE: UM BREVE HISTÓRICO DA SUA CRIAÇÃO E ATUAÇÃO

2.4.1 Surgimento e atuação do banco do nordeste do Brasil

Conforme informações extraídas do site institucional da empresa, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Os anos 50 marcam o início da sua trajetória. Na época, foi realizado amplo estudo sobre a economia, cuja apreciação constituiu a base científica para o nascimento da instituição. O principal objetivo era implementar uma nova mentalidade empresarial na Região Nordeste.

Ao retornar de uma viagem ao Nordeste para ver de perto os estragos causados pela seca de 1951, o então Ministro da Fazenda, Horácio Láfer, apresentou exposição de motivos ao Presidente Getúlio Vargas para a fundamentação da lei que criaria o BNB. Com essa iniciativa, foi criada uma instituição financeira com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia.

Previsto na própria Lei de criação do Banco, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) começou a organizar-se nos primeiros meses de 1954, e contou com a

cooperação técnica de missões externas de alto nível, que apoiaram o Banco em seus primeiros passos. O ETENE tem-se mantido, ao longo de sua história, como diferenciador do Banco em relação às demais instituições financeiras, pela geração de uma das mais consistentes e respeitadas bases de dados sobre a economia e em outros aspectos da realidade nordestina.

O aumento constante do capital social do Banco, mediante subscrição de 112 milhões de ações, atesta a credibilidade do Banco do Nordeste no mercado. Com o advento da Magna Carta, em 1988, a Constituição Federal incorpora diversos dispositivos tendentes à redução das desigualdades regionais, daí resultando a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste. Destinado ao financiamento do setor produtivo regional, com ênfase na região semi-árida, o FNE apóia empreendimentos de elevado mérito econômico e social, representando novo e eficaz instrumento de desenvolvimento regional.

O Banco vem adotando uma postura mais agressiva no mercado, começando com o redesenho do processo de concessão de crédito, que assegurou maior agilidade nas operações, e com a reorientação da rede de agências, que passam a ter modelos diferenciados em função do mercado. Adota-se o modelo de gestão participativa, possibilitando que os funcionários se engajem na construção das mudanças na empresa, discutindo assuntos estratégicos que afetam sua atuação. Capacitação e modernização tecnológica recebem atenção especial. O BNB vem desenvolvendo intensa articulação com os governos estaduais e classes empresariais da região, ampliando o nível de parceria e incorporando em suas ações as prioridades econômicas estaduais, através de convênios e protocolos firmados em todos os Estados.

No ano de 1996, o BNB introduz na região Nordeste, em caráter pioneiro, o Agente de Desenvolvimento, de modo a estender sua presença a todos os municípios nordestinos. O agente atua diretamente junto às comunidades, mobilizando e orientando os agentes produtivos locais, contribuindo para sua organização em entidades associativas, de modo a viabilizar o aproveitamento das vocações e potencialidades econômicas locais.

Os recursos injetados pelo BNB na economia regional, da ordem de R\$ 2,5 bilhões, possibilitam a criação de 570 mil novas oportunidades de emprego. Intensificam-se, dessa forma, as ações que contribuem para a elevação do nível de emprego e renda na região. São lançados novos

programas, como o Crediamigo – Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste, para atender micro empreendedores com crédito rápido e fácil. O Banco continua expandindo sua participação no sistema bancário regional. Cada vez mais, participa de eventos de promoção de investimentos, no Brasil e exterior, apresentando o Nordeste como oportunidade viável e segura para inversões privadas. O planejamento empresarial contempla também diversas ações que reforçam o caráter diferenciador da atuação do Banco, relacionadas com promoção de investimentos, pesquisas científicas e tecnológicas, capacitação dos agentes produtivos em gestão empresarial, consolidação dos pólos agroindustriais e de irrigação, fortalecimento das cadeias produtivas, intensificação das parcerias e expansão do programa de desenvolvimento local.

A área de atuação do Banco foi expandida para 1.955 municípios, incluindo-se o Vale do Jequitinhonha (MG) e o Norte do Espírito Santo. Na Paraíba, são 13 agências, localizadas nos municípios que polarizam a economia desde o Sertão, passando pelo Brejo e Litoral. São duas em João Pessoa e as demais se espalham por pelo interior do estado nas cidades de Sapé, Solânea, Guarabira, Alagoa Grande, Patos, Itaporanga, Pombal, Sousa, Campina Grande, Cajazeiras e Catolé do Rocha.

A chegada do novo milênio caracterizou-se pela constatação da importância do conhecimento como fator econômico essencial para o desenvolvimento e melhoria dos níveis de renda. Neste sentido, o BNB intensificou a capacitação dos agentes produtivos por meio de programas que aliam o crédito à orientação técnico-gerencial, e tem buscado cada vez mais disseminar a filosofia do empreendedorismo e parcerias, como foco de sua ação de desenvolvimento.

Para modernizar e facilitar o relacionamento com os clientes, foi implantado o Sistema Nordeste Eletrônico, home-banking ampliado, com funções específicas de uma Banco de desenvolvimento. Como parte do programa de fortalecimento das instituições financeiras federais, o BNB obteve aporte de capital da ordem de R\$ 2.556 milhões, adequando-se às novas regras prudências do sistema financeiro.

Em 2003 o BNB passa por uma grande mudança administrativa, com a reavaliação de processos por meio do desenho de nova estrutura organizacional e nas suas relações institucionais. De modo especial, na valorização de recursos humanos, no reconhecimento de entidades sindicais e organizações representativas do corpo funcional. Com o lançamento

nacional do programa Fome Zero, o BNB ajusta seus Programas Especiais (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e CrediAmigo). Defende e promove as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, inclusive para o segmento comercial.

Como resultado, contratou financiamentos com recursos do FNE no valor total de R\$ 1.019,1 milhões. E novos recursos para a Agricultura Familiar com do Plano Safra. As bases e diretrizes então lançadas vêm sendo seguidas até hoje. Em 2004 é lançado o programa Cresce Nordeste que previa a aplicação de R\$ 3 bilhões em apoio a empresários e empreendedores que queiram investir na Região. Os recursos, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinam-se à implantação, ampliação ou modernização de investimentos produtivos, em todos os estados nordestinos, no norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, também integrados à área de atuação do BNB.

São linhas de créditos distribuídas em atividades econômicas, com destaque para: agricultura familiar, apicultura, bovinocultura, carcinicultura, comércio, cultura, floricultura, fruticultura, grãos, indústria, insumos e matéria-prima, ovinocaprinocultura, piscicultura, serviços e turismo. O objetivo é fortalecer o mercado interno, permitindo que a Região Nordeste possa crescer de forma contínua e sustentável, gerando mais de 1 milhão de empregos.

Com a continuidade da diretriz estratégica de contratação integral dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o BNB registrou o melhor desempenho anual, desde a criação do Fundo em 1989, em volume de contratação do FNE, com um total de R\$ 4,2 bilhões em financiamentos.

O compromisso do Banco com a responsabilidade social por meio do desenvolvimento socioeconômico sustentado de sua área de atuação, desde o início de suas atividades, foi reafirmado com a criação de projeto específico para gerir a responsabilidade social na Empresa, o Projeto de Responsabilidade Social Empresarial do Banco do Nordeste (RSE). Com o intuito de orientar suas operações de financiamento, o Banco elaborou a Política Produtiva para o Nordeste (PPN) composta de um conjunto de objetivos, estratégias e diretrizes que visam a reduzir a disparidade regional de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste em relação ao país. O BNB parte do pressuposto de que a redução das desigualdades regionais deve resultar de um esforço objetivo da política econômica envolvendo investimentos

estruturantes em capacidade produtiva, tecnologia, infra-estrutura e logística, além de arcabouços normativos e institucionais. A designação de uma diretoria específica de Controle e Risco para as atividades de controle e risco com as funções de Controles Internos e Segurança Corporativa, em 2007, trouxe grandes benefícios internamente, como a melhor supervisão das atividades de Controles Internos e melhor sinergia entre o Controle Interno e a Segurança Corporativa.

O ano de 2006 marcou a consolidação da trajetória de crescimento das operações de empréstimos e financiamentos iniciada em 2003, com a contratação de operações globais que somaram R\$ 7,3 bilhões, sendo de R\$ 4,6 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Como consequência, o Banco inicia a estruturação de novos programas com fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento do Nordeste, utilizando fontes como o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Maior instituição da América do Sul voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa.

Além dos recursos federais, o BNB tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O BNB é responsável pelo maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o CrediAmigo, por meio do qual o Banco já emprestou mais de R\$ 1,5 bilhão a microempreendedores. O BNB também opera o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado para estruturar o turismo da Região com recursos da ordem de US\$ 800 milhões.

São clientes do Banco os agentes econômicos e institucionais e as pessoas físicas. Os agentes econômicos compreendem as empresas (micro, pequena, média e grande empresa), as associações e cooperativas. Os agentes institucionais englobam as entidades governamentais (federal, estadual e municipal) e não-governamentais. As pessoas físicas compreendem os produtores rurais (agricultor familiar, mini, pequeno, médio e grande produtor) e o empreendedor informal. O BNB exerce trabalho de atração de investimentos, apóia a realização

de estudos e pesquisas com recursos não-reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o BNB se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região.

O Banco mantém estreita sintonia de suas ações com as políticas públicas do Governo Federal, no apoio à agricultura familiar e microcrédito, por meio dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, CrediAmigo. O Banco ampliou o apoio às pesquisas tecnológicas por meio de empréstimos não-reembolsáveis de fundos mantidos com essa finalidade. O Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) apoiou 121 projetos de pesquisas tecnológicas alocando R\$ 6,1 milhões contemplando diversas áreas e cadeias produtivas importantes para o desenvolvimento da Região. O Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) têm priorizado o financiamento de projetos de pesquisa, estudos e eventos relacionados à temática da economia solidária. No ano de 2006, foram apoiados 58 projetos no total de R\$ 2,5 milhões com recursos do FASE e 36 projetos no valor total de R\$ 2,3 milhões com recursos do FDR. Alguns principais projetos desenvolvidos pelo BNB, encontram-se resumidos no Quadro 1.

O BNB convive diariamente com a realidade das empresas e conhece suas necessidades. É lema do banco: "Se você está precisando de capital de giro para o bom andamento dos negócios, procure o BNB. Nós temos o crédito que você precisa, do tamanho certo para sua empresa".

Quadro 1 – Principais projetos desenvolvidos pelo BNB

PROJETO	FINALIDADE	APORTE DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO
CREDIAMIGO	Atender micros empreendedores com crédito rápido e fácil.	R\$ 1,5 bilhões
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Atendimento aos produtores rurais de todos os portes, com vistas à estruturação de cadeias produtivas nos municípios.	
PROGRAMAS ESPECIAIS – LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	Destinados aos agricultores familiares, visando a fixação do homem no campo, através da geração de emprego e renda	R\$ 8,5 milhões

PRODETUR	Incremento da atividade turística no Nordeste	R\$ 800 milhões
CRÉDITO COMERCIAL	Atendimento ao comércio como um todo através de suprimento de capital de giro e opções de investimentos de longo prazo.	

Fonte: Elaboração própria, baseado nas informações do site institucional do Banco do Nordeste

2.4.2 Produtos e serviços destinados ao público empresarial

Para os fins a que se destina a esta pesquisa, optou-se por estudar o processo de avaliação de risco-cliente adotado pelo BNB, restrito apenas ao público empresarial, em virtude de acreditar que existe uma maior utilização, por parte do BNB, das informações contábeis exigidas para esse segmento, no processo de concessão de crédito. Assim, como parte da estratégia para reativação de negócios na área comercial, o Banco relançou a marca “Conterrâneo”.

Os produtos da carteira de crédito comercial representam o esforço da empresa para um melhor atendimento ao cliente, gerando receitas e resultados num processo de reciclagem do crédito dentro da Região. De acordo com as informações obtidas através do site institucional, existem hoje o cheque especial conterrâneo, o cheque empresarial conterrâneo, o capital de giro, e os demais que estão descritos no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Produtos e serviços destinados pelo BNB ao público empresarial

PRODUTOS E SERVIÇOS	FINALIDADE	PÚBLICO ALVO	FONTES DE RECURSOS
Capital de Giro Insumos, cheque empresarial, capital de giro simples, conta empresarial conterrâneo e desconto de cheques	Conceder empréstimo para cobrir eventuais déficits das empresas, ou a antecipação para constituição de depósito vinculado, pelas empresas optantes do art. 19 da Lei nº 8.167 de 16/01/1991.de recursos	Empresas que atuem nos ramos rural, agro-industrial, industrial, comercial ou de prestação de serviços, ou pessoas jurídicas optantes pelos incentivos do art. 19 da Lei nº 8.167 de 16/01/1991.	Captações efetuadas no mercado interno pelas agências e Área Financeira e FNE (Comercial, Industrial ou Serviços)

Fonte: Elaboração própria, baseada em dados extraídos do site institucional do BNB (2008)

Ressalte-se que tais produtos e serviços destinados ao público empresarial possuem taxas normalmente praticadas abaixo daquelas usadas no mercado, devido ao caráter desenvolvimentista que assume o Banco do Nordeste no desempenho de sua função e missão.

2.5 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A evolução dos métodos empregados na análise de risco de crédito nas instituições financeiras era, tradicionalmente, vinculada de forma quase exclusiva à análise dos balanços. Todavia, com a evolução dos sistemas empregados nas avaliações de risco, houve uma sensível diminuição no papel desempenhado por tais balanços no processo em tela. Outrora, 100% das informações de peso utilizadas provinham dos balanços.

Isso não significa, porém, que sua importância tenha decrescido. Apenas o universo de fatores considerados modernamente se ampliou, passando a dar destaque a fatores de outra natureza.

Os aspectos positivos envolvidos na utilização dos indicadores contábeis para fins de mensuração de risco de crédito já foram bastante discutidos na pesquisa em tela, de modo que ficou evidente que a utilização de tais dados suaviza os riscos operacionais de retorno dos financiamentos, já que permite uma reflexão acerca da situação financeira e patrimonial da empresa, de modo a vincular a avaliação de risco a informações consistentes e reais, proporcionando maior segurança às decisões gerenciais.

Por outro lado, o uso de informações contábeis tem também seus aspectos negativos. Dentre os quais, este trabalho elenca a necessidade de utilização do elemento subjetivo nas análises, o que não é o ideal; e a necessidade de qualificação técnica e conhecimento contábil adequado para realização da análise das informações contábeis nos riscos, já que, sem o conhecimento adequado para tanto, as informações poderão ser subutilizadas. Outro transtorno corriqueiro é o fato de que as informações disponibilizadas pelos contadores muitas vezes podem estar "maquiadas", tanto para majoração do limite de crédito definido, como para fins de sonegação fiscal. Em ocorrendo isso, o Banco fica impossibilitado de conferir a esta empresa um limite maior. Mesmo ciente cuja capacidade de pagamento daquela empresa é bem maior do que o que está descrito nos balanços contábeis, todavia, como o cálculo é feito baseado neles, não se podendo dele fugir, de modo que a empresa pode ficar prejudicada na concessão do seu limite.

Tal situação gera uma série de transtornos para o Banco com relação a clientes que adotam a prática de apresentar balanços subavaliados. Esses clientes, posteriormente, mesmo que apresentem um novo balanço retificando a informação anterior relativa ao mesmo exercício, não poderão ter o seu limite de crédito acrescido, considerando-se ser este um dos objetos de auditoria e questionamento por órgãos internos e externos.

Sobre o tema, comenta Ludicibus (2007, p.90):

As limitações da análise de balanços prendem-se, basicamente, à diversidade de métodos contábeis adotados pelas empresas (...) Também a própria natureza estritamente financeira das indagações retrata as limitações implícitas em todo método contábil. Entretanto os quocientes, devidamente calculados sobre demonstrativos depurados dos efeitos do embonecamento (que consiste basicamente nas manipulações freqüentemente utilizadas pelos autores dos demonstrativos no sentido de melhorar a aparência dos resultados dos mesmos) auditados e analisados por analistas experimentando comparados com padrões pré-estabelecidos são de grande utilidade para a gerência financeira da empresa.

Verifica-se, portanto a necessidade de, dependendo do valor proposto e das lacunas na análise detectadas pelo gestor dos recursos, a solicitação de convalidação por meio de parecer de auditor, das informações apresentadas, já que está claro que sua distorção é possível.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Comportamento das Provisões e Despesas com Devedores duvidosos do BNB

Nesta seção, procurou-se reunir subsídios para cumprimento do terceiro objetivo específico desta pesquisa, qual seja: analisar o comportamento das Provisões (PCLD) e Despesas com Crédito de Liquidação Duvidosos (DCLD) do BNB, nos últimos dez anos. Para tanto, coletou-se os Relatórios Anuais divulgados pelo banco, referentes ao período de 1998 a 2007, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM¹.

¹ www.cvm.gov.br, acesso em mai/2008.

Com os dados obtidos, elaborou-se os gráficos de 01 a 05, comentados a seguir, os quais demonstram o comportamento, ao longo do tempo, de 7 variáveis, que são: Operações de Crédito a Receber (Ativo Circulante), Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD (Ativo Circulante), Operações de Crédito a Receber (Ativo Realizável a Longo Prazo), Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD (Ativo Realizável a Longo Prazo), Receita de Operações de Crédito, Despesa com Provisão para Liquidação Duvidosa e Lucro Líquido do Exercício.

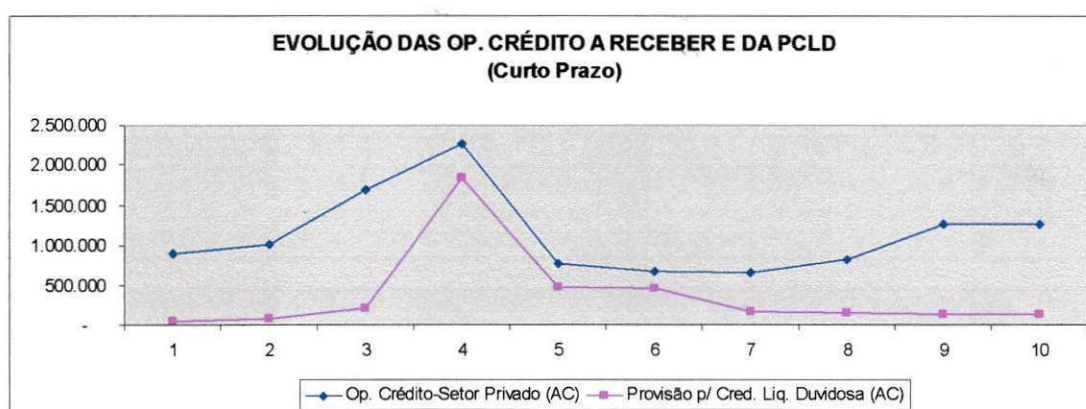


Gráfico 1 – Evolução das Operações de Crédito a Receber e da PCLD de curto prazo, entre 1998 a 2007.

No gráfico 1, observa-se que nos três primeiros anos analisados, a conta patrimonial de Operações de Crédito a Receber, classificada no Ativo Circulante, apresentou uma tendência crescente, atingindo no quarto ano (2001), o maior volume de recursos dos dez períodos analisados. No quinto ano, verifica-se uma acentuada queda de aplicações nessa rubrica contábil, mantendo-se constante nos demais anos. Tal evolução foi acompanhada por movimentação similar na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, também de curto prazo.

Esta similaridade do comportamento das duas contas analisadas pode ser justificada pela metodologia de cálculo adotada pelo BNB para dimensionar sua PCLD que, segundo suas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Banco, consiste na reclassificação do estoque remanescente da carteira própria, contemplando operações contratadas, em sua quase

totalidade antes de 1995, pelos critérios estabelecidos pela Resolução Nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

A adequação do Banco aos novos parâmetros ocorreu exatamente no ano de 2001, onde se observa o pico do gráfico, e exigiu complementação de provisionamento da ordem de R\$ 1.597.229 mil, correspondente aos valores apurados em setembro/2000, no montante R\$ 1.372.178 mil, atualizados com base nos encargos contratuais pactuados e ajustes requeridos.

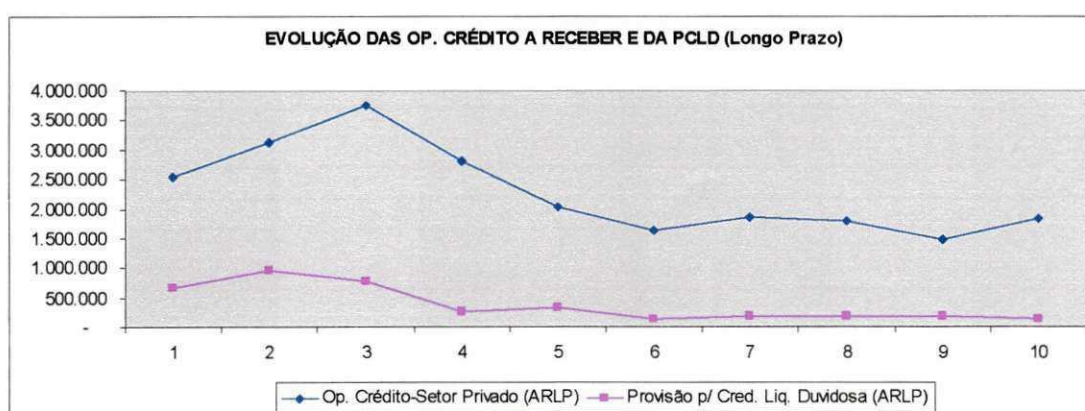


Gráfico 2 - Evolução das Operações de Crédito a Receber e da PCLD no longo prazo, entre 1998 a 2007.

Em relação ao longo prazo, as contas de Operações de Créditos a Receber e sua respectiva Provisão demonstram um comportamento menos similar a que o observado no curto prazo. Pela análise do gráfico 2, verifica-se que a evolução da PCLD do Ativo Realizável a Longo Prazo é mais linear e com menor tendência (de crescimento ou decréscimo) do que o ocorrido com as Operações de Crédito a Receber no longo prazo.

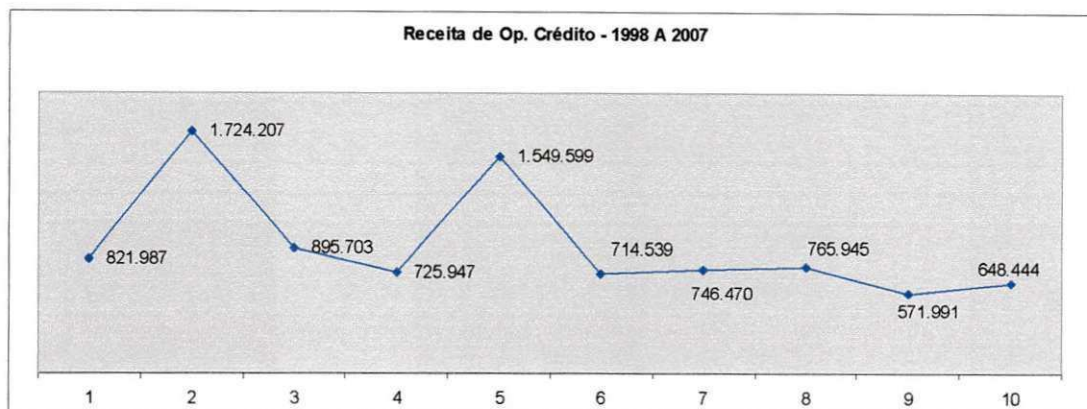


Gráfico 3 – Evolução da Receita de Operações de Crédito do BNB, entre 1998 e 2007.

No gráfico 3, observa-se a existência de ciclicidade nos seis primeiros anos analisados, referentes a obtenção de receitas de operações de créditos, com pontos de alto em torno do 2º e 5º anos e pontos de baixa nos anos 1,3,4 e 6. Do sétimo ano em diante, verifica-se movimentos mais constantes neste tipo de receita do banco, indicando uma possível fase de estabilidade.

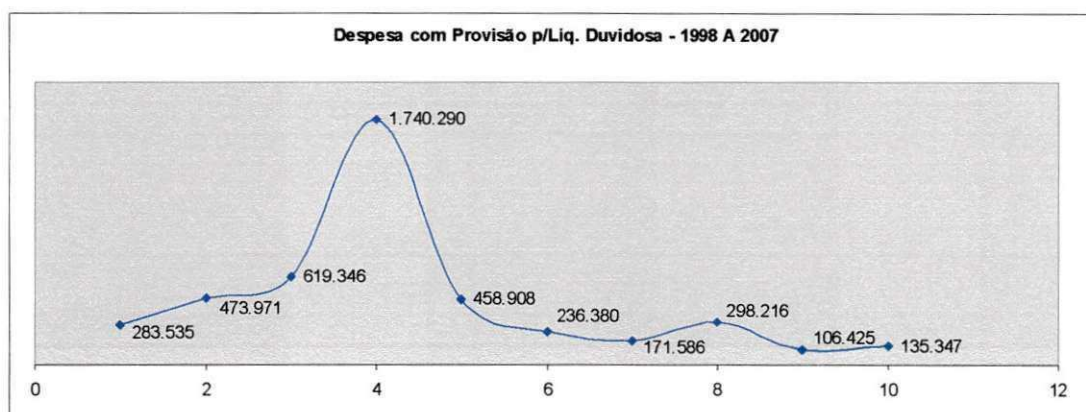


Gráfico 4 – Evolução da Despesa com Provisão para Liquidação Duvidosa do BNB, entre 1998 a 2007.

No tocante as despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa, o gráfico 4 revela um valor extremo (outlier) no 4º ano da série analisada, fato que pode ser justificado por fatores externos, como por exemplo, tratamento contábil diferenciado dado às operações do

Grupo Mendes Júnior, medida aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Os demais períodos analisados apresentam poucas oscilações.

Tratando-se essas duas últimas variáveis (Receita e DCLD) como séries temporais, procedeu-se ao Teste do Coeficiente de Correlação de Spearman, para verificação da estacionariedade de cada uma delas. Os resultados obtidos, $-0,7333$ para as receitas de operações de crédito e $-0,6969$ para a DCLD, revelaram que ambas as séries são estacionárias, permitindo concluir que o movimento de tendência do comportamento da receita e da DCLD não são significativos ao longo do tempo.

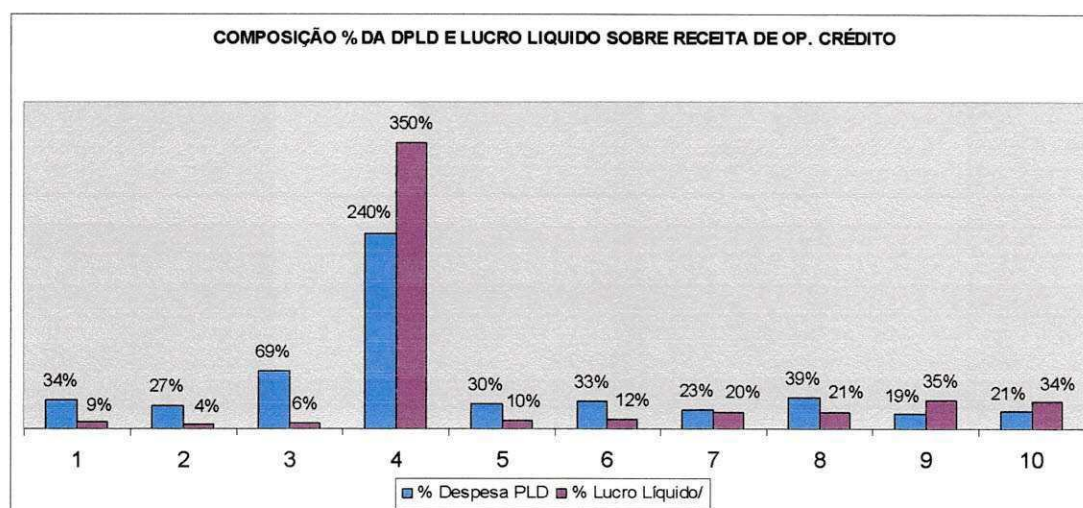


Gráfico 5 – Composição percentual da DPCLD e Lucro Líquido sobre Receita de Operação de Crédito do BNB, entre 1998 a 2007.

Tomando-se como base o valor obtido de receita de operações de crédito, calculou-se o percentual da DPLD e do Lucro Líquido sobre a mesma, cujos resultados podem ser observados no gráfico 5. Nele, verifica-se a existência de um ano atípico (4º ano – 2001) em que o BNB obteve a maior DPLD dos dez anos analisados, chegando a representar 240% da sua receita de operações de crédito. Entretanto, este resultado não foi suficiente para deteriorar o lucro do período, pois, contraditoriamente, este também foi o ano da maior margem de lucro,

350% da sua receita. Tal fato pode ser justificado em virtude do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Anunciado em Junho de 2001, abriu, em favor do Banco do Nordeste, crédito suplementar para a viabilização do aumento de capital, e autorizou o Banco do Nordeste a promover o aumento de seu Capital Social, mediante subscrição de novas ações no valor de até R\$ 2.660.000 mil.

Por fim, a última análise quantitativa realizada, valeu-se da técnica estatística denominada de análise de regressão simples e múltipla, através da qual buscou-se identificar quais das seis variáveis estudadas, consideradas como variáveis independentes, influenciou mais fortemente o comportamento das DPLD, tido como variável dependente. Os resultados obtidos foram apurados com a utilização do software Microsoft Excel, versão 2003, e sumarizados nas tabelas 1, 2 e 3. Os dados da tabela 1, resultantes da análise de regressão múltipla por considerar 3 variáveis independentes, permitem concluir que as variações ocorridas na Receita de Operações de Crédito e nas Operações de Crédito a Receber de curto e longo prazo explicam 70% das variações ocorridas na DPLD, indicando uma forte correlação de 84% entre estas 4 variáveis.

Destaca-se, ainda, que analisadas individualmente cada variável independente, através da regressão simples, a que demonstrou maior poder explicativo foi as Operações de Crédito a Receber, classificadas no Ativo Circulante, que consegue explicar 64% das variações ocorridas na DPLD, conforme tabela 3.

Tabela 1 – Resumo dos Resultados da Análise de Regressão Múltipla- DPLD X REC. OP, OP. CRÉDITO (AC), OP CRÉDITO (ARLP)

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,838434
R-Quadrado	0,702972
R-quadrado ajustado	0,554458
Erro padrão	321279,8
Observações	10

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de</i> <i>significação</i>
Regressão	3	1,47E+12	4,89E+11	4,73337	0,050503984
Resíduo	6	6,19E+11	1,03E+11		
Total	9	2,09E+12			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro</i> <i>padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior</i> <i>95,0%</i>	<i>Superior</i> <i>95,0%</i>
Interseção	-712864	406088,4	-1,75544	0,129711	-1706526,437	280798,5	-1706526,4	280798,5171
RECEITA	0,358105	0,355418	1,00756	0,352557	-0,511571974	1,227782	-0,511572	1,227782323
OP. CREDITO (AC)	0,855611	0,296768	2,883092	0,027945	0,129444523	1,581777	0,12944452	1,581776965
OP. CRÉDITO (ARLP)	-0,0588	0,217721	-0,27009	0,796139	-0,591548222	0,473939	-0,5915482	0,473939123

Tabela 2 – Resumo dos Resultados da Análise de Regressão Simples – DPLD X OP. CRÉDITO (AC)

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,801755
R-Quadrado	0,642811
R-quadrado ajustado	0,598162
Erro padrão	305115,6
Observações	10

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	1,34E+12	1,34E+12	14,3971	0,005278983
Resíduo	8	7,45E+11	9,31E+10		
Total	9	2,09E+12			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	-401313	244811,6	-1,63927	0,139788	-965849,3961	163223,5305	965849,3961	163223,5305
OP. CREDITO (AC)	0,751783	0,198132	3,794351	0,005279	0,294889387	1,208676587	0,294889387	1,208676587

3.2 Relacionamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa com a margem líquida do BNB, nos últimos dez anos

Nesta seção, procurou-se reunir subsídios para cumprimento do objetivo geral desta pesquisa, qual seja: demonstrar o relacionamento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com a Margem Líquida do BNB.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, adotou-se como um dos principais pressupostos o entendimento de que a metodologia de análise de risco nas operações de crédito adotada por uma instituição financeira repercute na sua situação financeira e econômica, uma vez que a eficácia dessa metodologia pretende ser proporcional à diminuição de perdas por inadimplência nestas transações.

Sob esta premissa, justifica-se investigar o provável relacionamento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, conta que representa a possibilidade de perda nas operações de crédito, inserida no Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo com um dos indicadores da situação econômica, a Margem Líquida das Receitas de Operações de Crédito, obtida através do seguinte quociente: Lucro Líquido dividido pela Receita de Operações de Crédito.

A partir dos dados obtidos no conjunto das Demonstrações Contábeis, coletados conforme descrito na metodologia, realizou-se a análise de regressão simples das duas variáveis: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Margem Líquida das Operações de Crédito. Os resultados obtidos estão descritos na tabela 4.

Para o uso desta técnica estatística, optou-se por considerar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa como variável independente e a Margem Líquida das Operações de Crédito como variável dependente ou explicada.

Assim, os principais resultados obtidos demonstram um forte relacionamento entre as duas variáveis estudadas, uma vez que o coeficiente de correlação, R- múltiplo, apurado foi da ordem de 89%, indicando que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está relacionada em 89% com a Margem Líquida das Operações de Crédito.

Tabela 3 – Resumo dos Resultados da Análise de Regressão Simples da PCLD X ML

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,890863
R-Quadrado	0,793636
R ² -ajustado	0,764156
Erro padrão	0,055779
Observações	9

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,083757	0,083757	26,920702	0,001268934
Resíduo	7	0,021779	0,003111		
Total	8	0,105536			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	0,371393	0,04318	8,601011	5,723E-05	0,26928783	0,473497288	0,2692878	0,473497
PCLD	-3,4E-07	6,48E-08	-5,18852	0,0012689	-4,89391E-07	-1,82969E-07	-4,89E-07	-1,8E-07

RESULTADOS DE RESÍDUOS

<i>Observação</i>	<i>Y previsto</i>	<i>Resíduos</i>
1	0,131653	-0,04139
2	0,018092	0,025624
3	0,037955	0,025857
4	0,1006	0,003203
5	0,172024	-0,05346
6	0,251737	-0,04802
7	0,260653	-0,05517
8	0,271682	0,082754
9	0,278269	0,06061

Esta relação é explicada pelo coeficiente de determinação, R-Quadrado, cujo resultado foi de 79%, possibilitando a seguinte interpretação: A provisão para crédito de liquidação duvidosa explica 79% da variação na margem líquida das operações de crédito. Os 21% restantes da variação na margem líquida das operações de crédito são explicados por outros fatores que não sejam as questões ligadas ao dimensionamento da inadimplência ou provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Do exposto, observa-se que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa afetou fortemente a Margem Líquida das Operações de Crédito do BNB, nos dez anos analisados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O risco é um problema antigo, temática há muito discutida, elemento presente de forma marcante na sociedade humana, qualquer que seja o seu contexto. Embora possa adquirir inúmeras facetas, o risco da indústria bancária é, hoje, o elemento angustiante das decisões gerenciais e mercadológicas, isso em nível mundial. A globalização dos mercados, a desregulamentação, o desenvolvimento tecnológico e a ocorrência de escândalos financeiros que vêm afetando os mercados nos últimos anos aumentaram sobremaneira a complexidade do sistema financeiro e a exposição dos bancos a situações de risco em níveis mais acentuados.

Eis, então, que surge a relevância das questões levantadas através desta pesquisa. A capacidade de mensuração do risco de crédito é um elemento que destaca, no cenário moderno, as grandes instituições financeiras. Diante, porém, da necessidade de desenvolvimento deste processo de avaliação de risco, de modo a subsidiar investimentos seguros. O presente trabalho procurou identificar quais são as variáveis contábeis utilizadas no processo de concessão de crédito bancário, de modo geral.

Neste processo, destaca-se o uso de indicadores tradicionais de análise das demonstrações contábeis, em que variáveis contábeis como Passivo Circulante, Ativo Circulante, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido, compõem o modelo de avaliação de risco adotado pelas instituições financeiras.

Tais variáveis são úteis para criticar a estrutura de recursos da empresa solicitando do crédito, através da medição do seu passivo exigível, patrimônio líquido e passivo

circulante, dimensionando-os como elementos componentes do nível de endividamento e do grau de imobilização.

No que concerne à verificação da base financeira da empresa solicitante do crédito, é considerada principalmente a sua liquidez corrente, mediante a relação comparativa entre o seu passivo circulante e o seu ativo circulante.

Já a apreciação dos resultados é realizada medindo-se a rentabilidade do patrimônio líquido e do lucro líquido obtido no período considerado.

No âmbito da reflexão a que este estudo se propõe, identificou-se aspectos positivos e negativos no uso da análise das demonstrações contábeis na avaliação de risco de crédito. Em síntese, observou-se como aspecto positivo da utilização das informações contábeis nos métodos de avaliação de risco, a sua capacidade de auxiliar a minimizar os riscos operacionais de retorno dos financiamentos concedidos, já que permite uma análise quantitativa acerca da situação financeira e patrimonial da empresa solicitante do crédito.

Por outro lado, o uso de tais ferramentas não elimina a necessidade de aplicação do elemento subjetividade, na análise desses dados, uma vez que a análise de risco não se resume à apenas a análise das demonstrações contábeis. Além disso, a reflexão sobre os dados contábeis exige apurado conhecimento técnico, principalmente para detectar quando os balanços apresentam informações inverídicas.

Apesar da utilização pelo Banco do Nordeste de metodologia própria de análise de risco na concessão de crédito, observou-se que, como todas as demais Instituições Financeiras, sujeita-se à ocorrência de fatores adversos externos, sobre os quais não têm controle, e que afetam de forma direta a sua despesa com provisão para devedores duvidosos, já que tais eventos mudam a classificação de risco de suas operações, e esse processo gera impacto no lucro obtido.

Considerando que o comportamento da provisão para devedores duvidosos pode sofrer interferência, dentre outros, metodologia de risco de crédito utilizado por instituições financeiras no geral, e no BNB em particular, conclui-se que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa afetou fortemente a Margem Líquida das Operações de Crédito do BNB, nos dez anos analisados, sendo responsável pela explicação de 79% das variações ocorridas na Margem Líquida das Operações de Crédito do BNB. Retorna-se, pois, à reflexão inicial: no mundo empresarial, uma das

ferramentas mais poderosas no gerenciamento de riscos continua sendo o conhecimento.

Diante disso notou-se que aqueles que fazem negócios, na Era da Informação, conheçam seus processos, e, principalmente, os riscos a eles atrelados. Nessa conjuntura, o gerenciamento de risco é uma das atividades mais importantes em todas das organizações, especialmente nas instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Avelar Sinfrônio. **Relação do Mercado à Inadimplência na Operações de Crédito de Bancos Comerciais Brasileiros** Disponível em:
<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos72007/112.pdf> . Acesso em: 09/05/08

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços, Um enfoque Econômico e Financeiro**. 7 ed. A São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, Marques Ribamar José, SILVA, Alcides Olinto. **Análise de Regressão Linear Simples com Aplicação do Sistema Microsoft Excel**. Consulta.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, Resolução 2.682. Brasília, 1999.

DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada, para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de informações contábil-financeiros**. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 10ª ed. São Paulo: Pearson, 2006

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 8.ª Ed. Revista e atualizada. Ed. Atlas, 2007.

LIBONATI, José Jeronymo.: **Séries Temporais**; 2003. Disponível em:
www1.capes.gov.br/estudos/dadosProd/Bib.pdf Acessado às 19:45h, em:05/04/08.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 3.ª Ed São Paulo, Atlas: 2008.

MILONE, Giuseppe. **Estatísticas Geral e Aplicada**. 1ed. São Paulo: Thomson, 2006.

PINTO, Wellington. BILICH, Feruccio. **Gestão de Risco Operacional: um estudo sobre seu impacto em uma operação bancária.** Consulta: Dez/2002

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Lourival Neri dos. **Curso de Especialização em Administração Financeira.** Bovespa. São Paulo: Abril, 2006.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** São Paulo: Atlas, 1997. (CONSULTA)

SOUZA, Antonio Carlos de. **TCC: Métodos e Técnicas.** Florianópolis: Visual Books, 2007.